

EFEITOS DO FGTS SOBRE AS “FALSAS DEMISSÕES”

Aluna: Clarissa Costalonga e Gandour

Orientador: Gustavo Gonzaga

Introdução

A alta taxa de rotatividade do emprego no Brasil desempenha um papel fundamental no mercado de trabalho brasileiro: denuncia o baixo grau de compromisso entre trabalhadores e empregadores no país e aponta para a possível existência de práticas ilegais e nocivas ao próprio mercado. Além disso, é uma característica que alcança uma larga fatia dos agentes econômicos. Entender as causas e conseqüências dessa rotatividade tornou-se, então, central para uma melhor compreensão do funcionamento desse mercado, assim como da economia brasileira como um todo.

Foi com tal intuito que este estudo foi projetado e aprimorado. Ao perseguirem uma visão mais elaborada dos fatores que contribuem para fazer da taxa de rotatividade do emprego no Brasil uma das mais altas do mundo, o pesquisador e sua equipe voltaram-se para os efeitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) sobre as “falsas demissões”. Até que ponto a legislação acerca do acesso ao saldo do FGTS e da multa de demissão estaria contribuindo para a prática onde firmas e empregados acordam em simular uma demissão sem justa causa e possibilitar ganhos ilegais para ambas as partes?

Objetivos

O projeto tem como objetivo estudar, por meio de análise empírica, o efeito dos custos de demissão sobre a rotatividade do trabalho. O foco principal é dado à avaliação de como variações em parâmetros exógenos que dificultam o acesso ao saldo do FGTS poderiam determinar a ocorrência das “falsas demissões”. Busca-se isolar o efeito parcial de um maior custo de demissão sobre a rotatividade do trabalho para trabalhadores formais (ou seja, que são afetados pela legislação) e, assim, testar a hipótese de que, em um cenário onde todo o resto permanece constante, um aumento no custo de demissão seria capaz de reduzir essa rotatividade. Conclusões tiradas a partir desse estudo seriam de grande valor teórico e prático.

Metodologia

A fim de melhorar a qualidade do estudo, sua metodologia foi revista em vários momentos ao longo do último ano. Ainda que alterações metodológicas consumam bastante tempo e nos forcem a recomeçar uma mesma etapa diversas vezes, cada revisão foi de grande importância, acrescentando maior precisão, abrangência e rigor ao projeto. Contribuíram, portanto, para um aprimoramento dos resultados a serem apresentados e das conclusões que deles serão tiradas.

Ao estudo histórico sobre a legislação brasileira trabalhista e à revisão da literatura recente sobre o tema somou-se um levantamento detalhado da legislação referente especificamente ao FGTS e seu regulamento. Este foi feito através da ferramenta de busca do site oficial do Senado Federal brasileiro, selecionando os documentos com base na Legislação Federal (incluindo decretos, decretos-lei, decretos legislativos, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, resoluções da Câmara dos Deputados e resoluções do Senado Federal). Considera-se, ainda, complementar o levantamento já feito com uma pesquisa

jornalística, a fim de estudar a repercussão que cada mudança legislativa teve sobre o mercado de trabalho e seu alcance sobre o público geral.

A maior mudança metodológica resume-se à substituição da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A nova base de dados funciona como um censo do mercado formal de trabalho, apresentando informações relevantes para o controle da atividade trabalhista no país, a produção de estatísticas do trabalho e a caracterização do mercado de trabalho para entidades governamentais. A adoção da RAIS representa uma melhora expressiva em termos quantitativos, pois, diferentemente da PME, que abrange somente as principais regiões metropolitanas, a RAIS apresenta dados de todos os estados brasileiros. O fato de tais dados serem longitudinais viabiliza, ainda, o acompanhamento dos mesmos trabalhadores e firmas ao longo dos anos, enriquecendo o perfil que se pode traçar sobre cada um destes e, portanto, sobre o comportamento do mercado de trabalho formal brasileiro e dos agentes que o constituem. Com isso, torna-se mais clara a identificação e análise de ocorrências que descumprem a lei referente ao tempo mínimo entre a demissão e readmissão de um trabalhador em uma mesma firma. A natureza dos dados na RAIS representa, pois, um importante passo em direção a um tratamento mais preciso e melhor conhecimento do tema.

No momento, estuda-se o uso do software estatístico SAS como ferramenta para manuseio da base. Pretende-se, ainda, obter dados da RAIS para um maior número de anos.

Contribuição pessoal

A maior parte do meu envolvimento com o projeto girou em torno do estudo dos programas estatísticos Stata e SAS, instrumentos indispensáveis para a manipulação de grandes bases de dados, como a PME e principalmente a RAIS. Por serem ferramentas muito poderosas e versáteis, é preciso ter um bom conhecimento da lógica de funcionamento dos programas, além de prática com os mesmos, a fim de otimizar seu uso e assegurar a qualidade dos resultados obtidos. Apesar das dificuldades adaptativas que se apresentam a qualquer iniciante, busquei aprofundar meu conhecimento sobre o Stata e o SAS, e ainda que não tenha exaurido os recursos por eles oferecidos, acredito ter, juntamente com meus colegas, contribuído para o aprimoramento do trabalho.

Conclusões

O projeto ainda está em fase de desenvolvimento e, portanto, não apresenta conclusões definidas. Porém, por ter conhecido o estudo antes das alterações às quais foi submetido e, principalmente, por tê-las acompanhado de perto, acredito que tais revisões metodológicas serão de grande relevância para a continuação e conclusão da pesquisa.

O uso de uma base de dados mais abrangente e precisa (para os fins da pesquisa), como a que foi encontrada na RAIS, permitirá não só analisar mais de perto a frequência com que ocorrem as “falsas demissões”, mas também traçar um retrato mais detalhado do mercado de trabalho brasileiro tanto no momento atual quanto ao longo dos anos cobertos pela RAIS.

Comparando os dados referentes às bases anuais com os levantamentos histórico, legal e jornalístico, poderemos identificar e analisar quais medidas relacionadas ao FGTS tiveram maior impacto sobre as “falsas demissões” e porquê. Assim, conheceríamos melhor o perfil do trabalhador e da firma brasileiros, dando mais um passo em direção à eliminação de incentivos perversos e práticas nocivas ao mercado de trabalho brasileiro.

Referências

GONZAGA, G. Labour Turnover and Labour Legislation in Brazil, em **Economía – Journal of the Latin America and Caribbean Economic Association**, Fall 2003, v. 4, n. 1. Brookings Institution Press, Washington D.C., EUA, 2003.